

Sarney abre temporada de nomeações

"O governo quer economizar, mas a administração pública não pode parar" — foi a justificativa do ministro da Administração, Aluizio Alves, para o decreto-lei em que o presidente José Sarney autorizou a contratação de pessoal que preencha até 75% das vagas existentes no setor público (especialistas do governo estimam que a decisão poderá significar a contratação de mais de dez mil funcionários). Mas não é só Sarney que está preocupado com a proximidade das eleições municipais: o próprio Aluizio Alves vai pedir hoje ao presidente uma licença de um mês para ajudar seu filho na campanha pela Prefeitura de Natal (RN).

O decreto (nº 96.631, de 1º de

setembro) estabelece que as contratações para preenchimento das vagas abertas a partir de 1º de janeiro até dezembro deste ano serão feitas depois de parecer do Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise) e do Conselho Interministerial de Remuneração e Proventos (Cirp). A autorização para contratações pela tabela especial continua em vigor.

Por outro decreto (nº 2.465) assinado por Sarney, dia 2, o funcionário público federal que receber vantagens financeiras para demitir-se só poderá voltar ao serviço por concurso, a não ser que devolva aos cofres públicos os valores recebidos como indenização.